



02
Q

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, 01.614.537/0001-04



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Nicolly Silva Queiroz, Bruna Natali Souza do Nascimento Mateus



Problema Resumido

A falta de capacitação e atualização profissional dos servidores públicos municipais compromete a eficiência na prestação de serviços à população.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão enfrenta um desafio significativo relacionado à capacitação e atualização profissional dos servidores públicos municipais. A falta dessas competências compromete diretamente a eficiência na prestação dos serviços essenciais à população, refletindo em insatisfação e confiança reduzida da comunidade nas instituições públicas.

A carência de formação técnica adequada entre os servidores resulta em dificuldades na execução de tarefas diárias, impactando a qualidade do atendimento ao cidadão e a efetividade das políticas públicas. Servidores que não dispõem de conhecimentos atualizados sobre legislações, normativas e melhores práticas de gestão apresentam restrições no desempenho de suas funções, o que pode acarretar demoras nos processos administrativos e, conseqüentemente, prejuízos aos municípios.

Além disso, a ausência de capacitação contínua impede a adaptação às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que afetam a realidade municipal. Em um cenário dinâmico, onde as demandas por serviços públicos estão em constante evolução, é essencial que os servidores estejam preparados para responder a essas exigências de forma ágil e eficiente.



O atendimento a essa necessidade é fundamental para garantir a implementação de políticas públicas mais eficazes, promovendo melhorias nos serviços de saúde, educação, infraestrutura e segurança, entre outros. Quando os servidores são devidamente capacitados, há um reflexo positivo na qualidade dos serviços prestados, elevando a satisfação da população e a credibilidade da administração municipal.

Em suma, a inadequação na capacitação dos servidores públicos é uma questão crítica que deve ser endereçada com urgência. Proporcionar oportunidades de formação e atualização profissional não apenas atende a uma demanda real e urgente, mas também alinha-se ao interesse público, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e responsiva às necessidades da sociedade.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A presente definição de requisitos tem como objetivo orientar a contratação de um serviço de capacitação e atualização profissional para os servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão. O intuito é sanar a problemática da ineficiência na prestação de serviços à população, decorrente da falta de formação adequada dos servidores. Os requisitos a seguir foram elaborados com o foco em assegurar uma seleção que atenda plenamente as necessidades identificadas, respeitando os princípios da competitividade e qualidade.

Requisitos da Contratação:

1. O serviço deve oferecer cursos de capacitação nas áreas específicas de atuação dos servidores, conforme levantamento prévio da necessidade do setor.
2. A carga horária mínima total dos cursos deve ser de 8 horas, distribuídas em módulos, para garantir a absorção do conteúdo sem comprometer as atividades funcionais dos servidores.
3. Os instrutores devem possuir, no mínimo, comprovada experiência de 5 anos na área de atuação temática dos cursos, além de titulação acadêmica compatível (graduação ou pós-graduação) com os temas abordados.
4. O conteúdo programático deve incluir, obrigatoriamente, as leis e normativas relevantes ao serviço público e às práticas administrativas, disponível para consulta pelos participantes após o término do curso.
5. O serviço deverá fornecer material didático atualizado e suficiente para um aprendizado completo, em formato impresso ou digital, segundo a preferência indicada pela administração municipal.
6. Deve ser disponibilizado um canal de comunicação direta entre os participantes e os instrutores durante o período de curso, assegurando esclarecimentos e suporte adicional aos alunos.
7. O fornecedor deverá apresentar, no mínimo, 1 atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços similares em outras administrações públicas no último ano.

Esses requisitos têm como prioridade garantir uma contratação eficaz que atenda às necessidades de formação e atualização dos servidores, visando a melhoria da prestação de serviços públicos municipais.



04
2



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Cursos Presenciais de Capacitação

- Vantagens:
 - Interação direta com instrutores e outros participantes, fomentando troca de experiências.
 - Possibilidade de abordagem prática, adequada às necessidades específicas dos servidores.
 - Networking entre os participantes, que pode gerar futuras colaborações.
- Desvantagens:
 - Alto custo associado (aluguéis de espaço, materiais didáticos, transporte).
 - Menor flexibilidade quanto à agenda, podendo dificultar a participação dos servidores.
 - Necessidade de um espaço físico adequado para realização dos cursos.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha de Cursos Presenciais de Capacitação

A escolha pela implementação de cursos presenciais de capacitação para os servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão se fundamenta em uma análise técnica e operacional robusta, visando resolver a ineficiência na prestação de serviços à população decorrente da falta de capacitação e atualização profissional. A opção por essa solução se destaca, primeiramente, pelo seu desempenho superior em comparação a outras formas de capacitação, como treinamentos online ou práticas de autoestudo, uma vez que o ensino presencial permite uma interação direta entre instrutores e alunos, favorecendo um aprendizado mais aprofundado e colaborativo.

Os aspectos técnicos dessa escolha também envolvem a compatibilidade com as necessidades específicas dos servidores, que muitas vezes demandam conhecimentos práticos e contextualizados relativos às suas funções diárias. Os cursos presenciais são flexíveis e podem ser customizados para atender a diferentes áreas da Administração Pública, abrangendo desde gestão de pessoas até atendimento ao cidadão. A facilidade de implementação é garantida pela estrutura local disponível, possibilitando que as aulas sejam ministradas em espaços da própria Prefeitura ou em locais públicos acessíveis, resultando em mínima distração e deslocamento para os servidores.

Do ponto de vista operacional, a manutenção e o suporte da solução escolhida se mostram vantajosos. Com a realização de cursos presenciais, a previsão de formação continuada pode ser facilmente estabelecida, permitindo ajustes e melhorias conforme os feedbacks dos participantes. Essa abordagem fomenta um ciclo de aprendizado contínuo, onde os servidores são estimulados a compartilhar experiências e soluções práticas, formando uma rede de conhecimento que beneficia toda a gestão pública municipal. A escalabilidade da solução também é evidente, pois novos cursos podem ser adicionados periodicamente de acordo com as demandas essenciais que surgem no



05
R

contexto governamental, facilitando a adaptação e a inovação.

Economicamente, a escolha por cursos presenciais de capacitação apresenta um custo-benefício positivo. Embora exija investimento inicial em despesas como materiais didáticos e remuneração de instrutores, a expectativa de retorno sobre esse investimento se reflete na melhoria significativa da qualidade dos serviços prestados à população. Servidores bem capacitados são mais eficientes, o que se traduz em menor retrabalho, maior satisfação do público atendido e, conseqüentemente, uma melhor imagem institucional da Prefeitura. Além disso, a capacitação adequada reduz custos associados a erros administrativos e proporciona uma melhor alocação de recursos, maximizando a eficácia das políticas públicas.

Por fim, a adequação da solução ao interesse público é indiscutível. Ao investir na capacitação dos servidores, a administração municipal demonstra compromisso com a excelência do serviço público e a valorização do patrimônio humano, promovendo um ambiente de trabalho mais qualificado e motivado que implicará em resultados positivos para a comunidade. Portanto, a seleção de cursos presenciais de capacitação se justifica amplamente pelos seus impactos diretos e indiretos na eficiência administrativa, nos níveis de satisfação da população e na sustentabilidade econômica do município.

1/2

QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

CURSO

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	CURSO PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR	UNIDADE	2,00	R\$ 3.675,00	R\$ 7.350,00
Valor Total					R\$ 7.350,00

Em anexo, encontram-se as notas fiscais referentes aos serviços prestados, que possuem o mesmo teor e são apresentadas para a composição e justificativa do preço praticado. A documentação anexa visa comprovar a compatibilidade dos valores cobrados, garantindo a transparência e a fundamentação dos custos envolvidos.

0/0

PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação não será parcelada devido à natureza da solução proposta, que consiste na realização de cursos presenciais de capacitação. Esses cursos demandam uma abordagem integrada e contínua para garantir que todos os servidores recebam a mesma informação e aprendizado ao mesmo tempo, potencializando a troca de experiências e a construção de uma cultura organizacional coesa. O parcelamento poderia fragmentar esse processo formativo, prejudicando a efetividade do aprendizado

Ugeel



e a assimilação dos conteúdos por parte dos servidores, refletindo diretamente na eficiência na prestação dos serviços públicos.

Ademais, o parcelamento poderia acarretar desafios logísticos e administrativos que poderiam comprometer a execução do programa de capacitação. A necessidade de coordenação entre diferentes turmas e horários, além de eventuais descontinuidades na formação, poderia levar a uma falta de uniformidade no conhecimento adquirido, resultando em equipes desarticuladas e com níveis variados de competência técnica. Isso se contrapõe ao objetivo de melhorar a qualidade do atendimento à população, uma vez que a capacitação deve ser um esforço coletivo que fortalece a atuação dos servidores em harmonia.

Por fim, ao optar pela contratação não parcelada, asseguramos um investimento mais eficiente e eficaz na formação dos servidores. Essa abordagem garante que todos possam participar simultaneamente, aumentando a coesão entre as equipes e favorecendo a aplicação imediata dos conhecimentos adquiridos. Com todos os servidores capacitados de maneira uniforme, alcançamos um aumento na eficiência operacional e uma maior qualidade nos serviços prestados à população, garantindo que a solução atenda plenamente ao interesse público de maneira sustentável e duradoura.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A implementação de cursos presenciais de capacitação para os servidores públicos municipais de Itinga do Maranhão é uma solução que proporciona economicidade significativa. Ao investir na formação dos profissionais, a Prefeitura maximiza o custo-benefício, pois a capacitação resulta em melhorias diretas na qualidade da prestação de serviços. Funcionários bem treinados tendem a resolver problemas de forma mais eficiente, diminuindo erros e retrabalhos, o que reduz custos operacionais a longo prazo.

Além disso, a escolha por cursos presenciais possibilita a utilização adequada dos recursos humanos disponíveis, garantindo que os servidores aprendam juntos e troquem experiências. Essa interação em um ambiente colaborativo incrementa ainda mais o aprendizado, fazendo com que o conhecimento se espalhe rapidamente entre as equipes. Dessa forma, o impacto positivo da capacitação será sentido em diversas áreas da administração pública, refletindo-se no atendimento à população.

Os recursos materiais e financeiros também são otimizados. A contratação de cursos que sejam realizados localmente evita despesas adicionais com deslocamento e hospedagem, proporcionando economia nos gastos públicos. A seleção de instituições de ensino locais que oferecem preços competitivos pode resultar em um melhor aproveitamento do orçamento destinado à capacitação. Assim, a Prefeitura de Itinga do Maranhão promove um uso consciente e inteligente dos recursos disponíveis, potencializando a eficácia do investimento.

Em resumo, ao oferecer cursos presenciais de capacitação, a Prefeitura não apenas melhora a qualificação de seus servidores, mas também gera economia e utiliza os recursos de maneira mais eficaz. Esta abordagem garante um serviço público de maior qualidade, beneficiando diretamente a

Paul



população e promovendo um ambiente administrativo mais produtivo e responsivo às demandas da comunidade.

07
2

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A implementação de cursos presenciais de capacitação para os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão requer a adoção de uma série de providências operacionais e estruturais que garantam a eficácia dessa solução. Primeiramente, é fundamental realizar um levantamento detalhado das necessidades de capacitação dos servidores, identificando as áreas específicas que demandam atualização ou qualificação. Essa análise permitirá direcionar os conteúdos programáticos dos cursos, garantindo que sejam relevantes e atendam às demandas reais da Administração Pública.

Outra providência essencial é a definição clara de critérios para a seleção dos instrutores ou empresas que ministrarão os cursos. Devido à especificidade dos temas abordados e à necessidade de expertise técnica, é recomendável que sejam estabelecidas exigências quanto à experiência comprovada dos formadores nas áreas de atuação pertinentes. Isso contribuirá para a qualidade dos cursos e resultados positivos na capacitação dos servidores.

Ademais, considerando a importância da avaliação de aprendizagem, deve-se desenvolver um plano de aplicação de avaliações que permitam medir a eficácia dos cursos. Esta avaliação pode incluir testes práticos, feedbacks dos participantes e análise de desempenho após a capacitação, com o objetivo de aprimorar continuamente os conteúdos e métodos aplicados.

É também indispensável prever um cronograma detalhado de execução dos cursos, que contemple a carga horária proposta e os horários mais convenientes para os servidores, de forma a minimizar impactos na rotina de trabalho e garantir a participação efetiva. A gestão desse cronograma deve ser ágil, permitindo ajustes conforme necessário em resposta à demanda real dos servidores.

Por fim, caso haja necessidade de capacitação específica para a fiscalização e gestão do contrato resultante da contratação dos cursos, é imprescindível justificar essa necessidade de forma clara, assegurando que tal iniciativa agregue valor à supervisão da execução contratual. Caso contrário, não seria pertinente incluir esta capacitação, visto que as contratações comuns não exigem habilidades diferenciadas nesse contexto.

Essas providências operacionais e estruturais visam garantir a eficácia na implementação dos cursos de capacitação, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz, em conformidade com os princípios de economicidade e melhorias nos serviços prestados à população.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Handwritten signature



08
2

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a implementação dos cursos presenciais de capacitação na Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão revela que não há obrigações de contratações adicionais antes da execução da solução escolhida. Os cursos de capacitação podem ser organizados e realizados sem a necessidade de modificações nas estruturas físicas existentes ou em serviços auxiliares.

As instalações onde os cursos ocorrerão já estão disponíveis e adequadas para essa finalidade, não havendo exigências para adequações prediais ou manutenção específica relacionada aos ambientes de aprendizagem. Além disso, não são necessárias contratações paralelas ou interdependentes, uma vez que a execução dos cursos não exige suporte técnico adicional que comprometa os prazos ou a logística planejada.

Adicionalmente, a contratação de materiais didáticos e equipamentos para os cursos pode ser realizada como parte da própria previsão orçamentária do projeto de capacitação, evitando assim a dependência de contratos externos. Dessa forma, a proposta contempla todas as necessidades diretamente relacionadas à capacitação dos servidores públicos, sem a necessidade de ações prévias ou contratações que influenciem a eficácia da formação pretendida.

Portanto, conclui-se que a solução de implementar cursos presenciais de capacitação pode ser iniciada independentemente de contratações correlatas e interdependentes, facilitando um processo ágil e focado na melhoria da prestação de serviços à população.



IMPACTOS AMBIENTAIS

Quando se considera a implementação de cursos presenciais de capacitação para os servidores públicos municipais, é importante avaliar os potenciais impactos ambientais associados a essa iniciativa. Entre os principais impactos, destacam-se o consumo de energia elétrica para a realização das aulas, a geração de resíduos sólidos como papel e plástico oriundos de materiais didáticos e a mobilidade dos alunos, que pode gerar emissões de carbono.

Para mitigar esses impactos, algumas medidas práticas podem ser adotadas. No que diz respeito ao consumo de energia, recomenda-se a utilização de espaços equipados com iluminação natural e sistemas de eficiência energética, como lâmpadas LED e aparelhos de ar-condicionado com selo Procel de eficiência. Além disso, as aulas podem ser agendadas em horários que reduzam a necessidade de iluminação artificial e climatização, contribuindo para uma menor demanda de energia.

Em relação à geração de resíduos, é fundamental implementar um sistema de gestão de resíduos que promova a redução, reutilização e reciclagem desse material. Isso pode incluir a impressão de materiais didáticos em papel reciclado, bem como a digitalização do conteúdo, evitando a impressão desnecessária. Materiais que não puderem ser reutilizados devem ser destinados a cooperativas ou empresas responsáveis pela reciclagem.



A logística reversa também pode ser relevante neste contexto, especialmente no caso de equipamentos ou materiais que não sejam mais necessários após o término dos cursos. A Prefeitura pode estabelecer parcerias com empresas especializadas para garantir que esses itens sejam retornados ao ciclo produtivo. Produtos como canetas, folhas de papel e plásticos devem ser coletados e encaminhados adequadamente para reciclagem, minimizando assim o desperdício e promovendo a economia circular.

Por fim, é crucial fomentar uma cultura de conscientização ambiental entre os participantes dos cursos, educando os servidores sobre a importância da sustentabilidade e a responsabilidade na utilização de recursos durante as atividades. Dessa forma, a capacitação não apenas melhora a eficiência na prestação de serviços, mas também contribui para a preservação do meio ambiente.

✓ CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Itinga do Maranhão - MA, 24 de Março de 2025

Bruna Natali Souza do Nascimento Mateus

Bruna Natali Souza do Nascimento Mateus

Assessora Especial

Decreto nº 032/2025 - GAB